

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos

Duração da prova: 120 minutos

2.ª FASE

1999

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS B

Esta prova é constituída por três grupos de resposta obrigatória.

GRUPO I

Leia atentamente o texto e responda ao questionário.

Cena IV

- 1 **Telmo** (só) – Virou-se-me a alma toda com isto: não sou já o mesmo homem. Tinha um pressentimento do que havia de acontecer... parecia-me que não podia deixar de suceder... e cuidei que o desejava enquanto não veio. – Veio, e fiquei mais aterrado, mais confuso que ninguém! – Meu honrado amo, o filho do meu nobre senhor está vivo... o filho que eu criei
5 nestes braços... vou saber novas certas dele – no fim de vinte anos de o julgarem todos perdido – e eu, eu que sempre esperei, que sempre suspirei pela sua vinda... – era um milagre que eu esperava sem o crer! – eu agora tremo... É que o amor desta outra filha, desta última filha, é maior, e venceu... venceu, apagou o outro. Perdoe-me Deus, se é pecado. Mas que pecado há-de haver com aquele anjo? – Se me ela viverá, se escapará
10 desta crise terrível! – Meu Deus, meu Deus! (*Ajoelha.*) Levai o velho que já não presta para nada, levai-o por quem sois! (*Aparece o romeiro à porta da esquerda, e vem lentamente aproximando-se de Telmo que não dá por ele.*) Contentai-vos com este pobre sacrifício da minha vida, Senhor, e não me tomeis dos braços o inocentinho que eu criei para vós, Senhor, para vós... mas ainda não, não mo leveis ainda. Já padeceu muito, já traspassaram
15 bastantes dores aquela alma; esperai-lhe com a da morte algum tempo!

Cena V

Romeiro – Que não oiça Deus o teu rogo!

Telmo (*sobressaltado*) – Que voz! – Ah! é o romeiro. – Que me não oiça Deus! porquê?

Romeiro – Não pedias tu por teu desgraçado amo, pelo filho que criaste?

- 20 **Telmo** (*à parte*) – Já não sei pedir senão pela outra. (*Alto*) E que pedisse por ele, ou por outrem, porque me não há-de ouvir Deus, se lhe peço a vida de um inocente?

Romeiro – E quem te disse que ele o era?

Telmo – Esta voz... esta voz! – Romeiro, quem és tu?

Romeiro (*tirando o chapéu e alevantando o cabelo dos olhos*) – Ninguém, Telmo, ninguém, se nem já tu me conheces.

- 25 **Telmo** (*deitando-se-lhe às mãos para lhas beijar*) – Meu amo, meu senhor... sois vós? – Sois, sois. – D. João de Portugal, oh, sois vós, senhor?

Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, 3.ª ed., Lisboa, Comunicação, 1994

1. Identifique os sentimentos de Telmo expressos no monólogo da cena IV.
2. Analise a reacção do Romeiro às palavras finais de Telmo na referida cena.
3. Comente a fala proferida «à parte» por Telmo na cena V.
4. Explícite as funções das indicações cénicas dadas ao longo do texto.
5. Caracterize as sucessivas atitudes de Telmo face ao Romeiro no excerto transcrito da cena V.

GRUPO II

Esta questão incide sobre as narrativas do século XX indicadas no Programa: a) *A Farsa*, de Raul Brandão; b) *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio; c) *A Sibila*, de Agustina Bessa Luís; d) *Aparição*, de Vergílio Ferreira; e) *Contos Exemplares*, de Sophia de Mello Breyner Andresen; f) *Não Há Morte nem Princípio*, de Mário Dionísio; g) *Memorial do Convento*, de José Saramago; h) *A Casa do Pó*, de Fernando Campos.

Selecione uma das narrativas indicadas e refira o tema que considera mais significativo nessa obra. Fundamente a sua opinião com argumentos decorrentes da sua experiência de leitura, num texto bem estruturado, de cem a duzentas palavras.

Observações – Antes de redigir o seu texto, identifique, na folha da prova, a narrativa a que a sua resposta se refere, indicando o título e o nome do autor.

Um desvio dos limites de extensão indicados implica uma desvalorização parcial do texto produzido.

A prova continua na página seguinte.

V.S.F.F.

139/3

GRUPO III

Resuma o excerto a seguir transcrito, constituído por trezentas e vinte e sete palavras, num texto de noventa e cinco a cento e vinte palavras.

Antes de iniciar o seu resumo, leia atentamente as observações apresentadas em final de página.

1 A Batalha de Alcácer Quibir tinha envolvido todo o reino, não só através do esforço de
recrutamento de tropas, mas também através da participação da nobreza dos lugares mais
afastados. Uma breve análise das listas de mortos e de cativos existentes, que dizem
respeito apenas aos fidalgos e às pessoas «principais», permite-nos detectar a presença de
5 membros de praticamente todas as famílias nobres. O traumatismo colectivo provocado
pelas notícias do desastre pode ser avaliado pela eclosão de práticas divinatórias em todo
o reino, pelo aparecimento de profecias e pelos primeiros sinais do fenómeno do
sebastianismo. É neste contexto que se inserem as procissões decretadas por D. Henrique,
bem como a sua presença frequente nas ruas de Lisboa para tranquilizar a população,
10 acompanhado de outros elementos do governo. Várias medidas concretas foram tomadas
para resolver o problema: em primeiro lugar, foram enviados embaixadores e frades trinos¹,
especializados no resgate de cativos, para o Norte de África. Foram estabelecidas
conversações com o xerife², conhecidas as condições impostas e definidas formas de as
satisfazer. Em relação aos 400 000 cruzados exigidos para a libertação dos 80 fidalgos
15 reunidos em Fez, D. Henrique ofereceu 100 000 e fez distribuir a soma restante pelas
famílias envolvidas, consoante as disponibilidades. Entre parêntesis, não deixa de ser
bizarro que só tivessem sido recolhidos mais 130 000 cruzados, tendo ficado cativo o
governador do Algarve, D. Francisco da Costa, em penhor dos 170 000 que faltavam – lá
morreu, em 1586, na indiferença geral... Para além destas medidas, o rei procedeu a outras
20 remessas de jóias e de roupas para serem vendidas em Ceuta, destinadas ao pagamento
de outros resgates. Alguns bispos ofereceram igualmente somas avultadas para a libertação
dos cativos pobres das suas dioceses. Os frades trinos, bem como alguns jesuítas enviados
ao Norte de África, mantiveram uma acção persistente ao longo de vários anos. Apesar dos
acidentes de percurso, a grande maioria dos nobres cativos já estava no reino ao fim de um
25 ou dois anos de cativo.

Francisco Bethencourt, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

¹ trinos: da Ordem da Trindade.

² xerife: título usado por príncipes mouros.

Observações – Há uma tolerância de quinze palavras relativamente ao total pretendido (oitenta palavras como limite mínimo, e cento e trinta e cinco como limite máximo). Um desvio maior implica uma desvalorização parcial do texto produzido.

Note que, para efeitos de contagem, se considera uma palavra qualquer sequência delimitada por espaços em branco, mesmo quando hifenizada. Qualquer número conta como uma única palavra, independentemente dos algarismos que o constituem. De acordo com este critério, os fragmentos a seguir transcritos são constituídos por quatro e dezasseis palavras, respectivamente: «permite-nos/ detectar/ a/ presença/»; «D./ Francisco/ da/ Costa,/ em/ penhor/ dos/ 170000/ que/ faltavam –/ lá/ morreu,/ em/ 1586,/ na/ indiferença/ geral.../».

FIM

COTAÇÕES DA PROVA

GRUPO I 100 pontos

1. 20 pontos

2. 20 pontos

3. 20 pontos

4. 15 pontos

5. 25 pontos

GRUPO II 40 pontos

Conteúdo 24 pontos

Organização e correcção linguística 16 pontos

GRUPO III 60 pontos

Conteúdo 24 pontos

Organização e correcção linguística 36 pontos

Total 200 pontos